

Luanda passa a ter uma empresa por cada município para garantir limpeza urbana

15 de Abril, 2016

A Mota Engil, através da Visawest, é uma das empresas que vão cuidar do saneamento básico da capital angolana, que a partir do final deste mês poderão arrancar com a sua atividade, disse ontem em Luanda o governador provincial. Higino Carneiro falava em conferência de imprensa para abordar a situação da província de Luanda, que dirige há três meses. O governador de Luanda disse que cada município passará a ter uma operadora que vai cuidar da limpeza urbana e recolha dos resíduos sólidos, explica a agência Lusa.

Segundo Higino Carneiro, a Mota Engil, através da Visawest, vai-se encarregar da limpeza do município de Belas, enquanto as brasileiras Odebrecht e Queiroz e Galvão, vão cuidar dos municípios de Cacuaco e Luanda, respetivamente. A Elisal e a Nova Ambiental vão ter sob sua responsabilidade os municípios do Cazenga e Viana.

As empresas foram selecionadas através de concurso público, ao qual concorreram nove operadoras, explicou ainda Higino Carneiro.

Relativamente às futuras taxas que os cidadãos vão passar a pagar pela recolha do lixo, o governador referiu que foram estratificados os valores a serem cobrados, indexados à energia e complementarmente por fatura para quem não tem acesso à luz elétrica.

Os valores encontrados, após regulamentação de uma lei de 2005 sobre as taxas de lixo para Luanda, vão variar dos 500 kwanzas (2,70 euros) aos 15 mil kwanzas (81,80 euros) para os cidadãos e dos 20 mil (109,10 euros) aos 150 mil (818,30 euros) para as pequenas, médias e grandes empresas.

“Quem vive em Icolo e Bengo ou Quiçama, vai pagar um valor razoável identificado de 500 kwanzas, para Cacuaco, Viana e Belas 1.500 kwanzas, Luanda nos seus distritos urbanos, incluindo Talatona, Nova Vida e Benfica 10.000 kwanzas e quem viver em condomínios através das administrações desses condomínios vai pagar 15.000 kwanzas”, detalhou o governador. “Numa tentativa de se ser justo, às pessoas com menos posses a viver em zonas por exemplo como Talatona haverá a prerrogativa de a administração passar um atestado de pobreza e permitir que se encontre um meio-termo, informou o governador.

O governante angolano frisou que a execução dessa medida vai “seguramente” deixar mais aliviados Governo e cidadãos. “O que queremos é que haja uma participação ativa no tratamento dos resíduos produzidos”, disse Higino Carneiro, acrescentando que está convencido que quando as pessoas pagarem vão exigir um bom serviço.

Higino Carneiro frisou que estava a vigorar em Luanda um programa de limpeza

urbana que faliu e esteve a funcionar um programa de emergência até à sua entrada em funções, que depois foi reforçado com outras valências, nomeadamente com a intervenção da polícia e das Forças Armadas e, sobretudo, um envolvimento muito grande da sociedade civil.